



Por meio de:



REDD para Pioneiros / Pioneiros REDD

PROGRAMA REDD EARLY MOVERS (REM) MATO GROSSO

**RELATÓRIO ANUAL DO PROGRAMA
JANEIRO 2018 – JUNHO 2019**

Agosto 2019

Sumário

| | | |
|-----|---|----|
| 1. | Resumo executivo | 4 |
| 2. | Antecedentes e Contexto Institucional | 4 |
| 2.1 | Auto Avaliação da Gestão e Governança do Programa | 7 |
| 3. | Principais Avanços e Desafios na Implementação do Programa | 8 |
| | <i>Comunicação</i> | 11 |
| | <i>Consultoria Internacional</i> | 11 |
| | <i>MOP</i> | 11 |
| 3.1 | Subprograma 1 – Agricultura Familiar e Povos e Comunidades Tradicionais | 15 |
| 3.2 | Subprograma 2 – Territórios Indígenas | 17 |
| 3.3 | Subprograma 3 – Produção Sustentável, Inovação e Mercados | 18 |
| 3.4 | Subprograma 4 - Fortalecimento Institucional e Políticas Públicas Estruturantes | 19 |
| 4. | Resultados e impactos alcançados | 20 |
| 4.1 | Monitoramento da taxa de desmatamento | 20 |
| 4.2 | Avanços / mudanças na implementação da ENREDD+ | 22 |
| 4.3 | Cronograma físico e de desembolsos | 22 |
| 5. | Temas Transversais ao Programa | 23 |
| 5.1 | Sistema de Gestão de Riscos sociais e ambientais e Salvaguardas | 23 |
| 5.2 | Ouvidoria | 23 |
| 5.3 | Aspectos de gênero | 23 |
| 6. | Monitoramento, Avaliação e Aprendizagem (MEL) | 23 |
| 7. | Prioridades para Próximo Período de Implementação | 25 |
| 8. | Anexos | 25 |
| 8.1 | Cronologia das atividades realizadas | 25 |
| 8.2 | Informativos Quinzenais do Programa REM-MT | 28 |
| 8.3 | Quadro de Contatos | 29 |

Relatório Anual do Programa REDD Early Movers Mato Grosso
Período janeiro de 2018 a junho 2019

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

BEIS – British Energy and Industry Strategy
BPMPA/MT -Batalhão de Polícia Militar de Proteção Ambiental
CEGREM – Comitê Executivo do Programa REM em Mato Grosso
CMCR+/SEMA/MT - Coordenadoria de Mudanças Climáticas e REDD+
COP – UNCCD Conference of Parties
CREM MT – Coordenação do Programa REM Mato Grosso
DPL – Development Policy Loan
EMPAER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Mato Grosso
ERB – Estratégia de Repartição de Benefícios do Programa REM
FMMC – Fórum Mato-Grossense de Mudanças Climáticas
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
FUNBIO – Fundo Brasileiro para a Biodiversidade
FEPOIMT – Federação dos Povos Indígenas de Mato Grosso
GIZ - Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit
GREM – Gerência do Programa REM - FUNBIO
IMAC – Instituto Mato Grossense da Carne
KfW – Kreditanstalt für Wiederaufbau
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MOP – Manual Operacional do Projeto
MPE/MT Ministério Público do Estado de Mato Grosso
MT – Mato Grosso
N.O. – Não Objeção
PCI – Estratégia Produzir, Conservar, Incluir
PDI – Plano de Investimento
PPCDIF/MT – Plano de Combate ao Desmatamento e Incêndios Florestais
REDD – Reduced Emissions from Deforestation and Degradation
SAD – Sistema de Alerta de Desmatamento
SEAF - Secretaria de Estado de Agricultura Familiar
SEDEC - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (
SEMA/MT – Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso
SESP/MT - Secretaria de Estado de Segurança Pública
SGRSA – Sistema de Gestão de Riscos Sócio Ambientais
TdR – Termo de Referência
UPPE/SEMA - Unidade de Programas e Projetos/SEMA –MT

Relatório Anual do Programa REDD Early Movers Mato Grosso
Período janeiro de 2018 a junho 2019

| | |
|--|--|
| Título do Programa: REDD <i>for Early Movers</i> Mato Grosso | |
| Instituição responsável: FUNBIO / Parceria executiva SEMA-MT | |
| Gerente do Programa (FUNBIO): João Ferraz Fernandes de Mello Telefone: (21) 2123-5324 E-mail: joao.mello@FUNBIO.org.br | |
| Coordenadora do Programa (GCP - REM): Lígia Vendramin E-mail: ligiavendramin@sema.mt.gov.br | |
| Período de abrangência do relatório: De 01/01/2018 a 30/06/2019 | Data de envio do relatório: 30/08/2019 Versão final: |

1. Resumo executivo

O presente relatório aborda, excepcionalmente, o período de 01.01.2018 a 30.06.2019, quando foram realizadas ações de consolidação de arranjos institucionais, fortalecimento de parcerias e elaboração de documentação necessárias para o detalhamento das ações do Programa consolidadas e apresentadas no Manual Operacional do Programa. O relatório aborda ainda o momento inicial da execução a partir do recebimento do primeiro desembolso realizado em 27.12.2018, além de descrever as atividades e avanços ocorridos no período, incluindo a realização da 2ª Missão de Supervisão do Programa realizada em Cuiabá em maio de 2019.

Dentre os principais fatos ocorridos no período podemos destacar a consolidação do Grupo de Coordenação do Programa como sua unidade gestora, a internalização do Programa nas principais instituições parceiras, o início da gestão financeira pelo FUNBIO, início da execução após o primeiro desembolso.

Também foi dada sequência na construção da governança do Subprograma Territórios Indígenas, na construção da estratégia de execução do programa e na consolidação do MOP e sua subsequente aprovação pelo KfW.

2. Antecedentes e Contexto Institucional

Embora contatos iniciais entre representantes do KfW e o governo de Mato Grosso tivessem sido feitos já em 2015 e no início de 2016, a construção do Programa em Mato Grosso começa efetivamente após uma missão de reconhecimento e o aceite por parte do BMZ alemão para a

Relatório Anual do Programa REDD Early Movers Mato Grosso
Período janeiro de 2018 a junho 2019

implementação de um Programa REM no estado, no final de 2016. A partir de março de 2017, começa a construção do *Template* (modelo) com a proposta de Mato Grosso para o Programa REM.

Uma missão de avaliação do *Template* é feita pelo KfW no início de julho de 2017, e a ajuda-memória desta missão embasou o Acordo em Separado do Programa REM que seria finalmente assinado em dezembro do mesmo ano em Bonn, na Alemanha.

Considerando o curto período de tempo decorrido entre a apresentação do *Template* com a proposta do Programa REM Mato Grosso, e a assinatura do acordo entre as partes para a implementação do mesmo, alguns dos elementos essenciais para o Programa começaram a ser desenvolvidos somente a partir da assinatura do Contrato de Contribuição Financeira.

Dentre estes elementos estavam o monitoramento de salvaguardas e um sistema de análise de riscos, a definição do funcionamento de uma ouvidoria para o Programa e algumas definições de governança. Com o apoio técnico da GIZ e de consultorias contratadas, foram realizadas oficinas para a definição de uma matriz de riscos, que daria a base a um Sistema de Gestão de Riscos e Salvaguardas (SGRS).

Uma segunda consultoria aprofundou as análises dos sistemas de ouvidoria da própria SEMA e do Estado, desenhando recomendações para seu uso pelo Programa. A missão de monitoramento feita pelo KfW em junho de 2017 ajudou a dar algumas definições ainda pendentes, principalmente em relação à governança.

A governança do Programa REM em Mato Grosso, acordada previamente, estabelecia um nível de decisão participativa, no âmbito do Sistema de REDD estadual, em conformidade com a legislação, um nível estratégico, criado a partir do CEGREM, e um nível executivo ou operacional para implementação do Programa.

No Acordo em Separado, previa-se que este nível operacional estaria vinculado à Unidade de Programas e Projetos Estratégicos ou UPPE, órgão da própria SEMA, até que a PCI institucionalizada pudesse assumir essa função.

A partir de debates internos na SEMA, decidiu-se durante a missão de monitoramento pela criação de uma Coordenação Geral para o Programa REM, com uma Coordenadora da SEMA e um Coordenador-adjunto, sendo este o Diretor Executivo da Estratégia PCI. Ao mesmo tempo, um Grupo de Trabalho formado pela Coordenação Geral, coordenadores dos Subprogramas, uma equipe gestora permanente e a consultoria internacional seria o responsável pela operacionalização do REM em Mato Grosso.

A partir da missão de monitoramento, desenhou-se um plano de trabalho com tarefas compartilhadas entre a Coordenação e o FUNBIO para garantir o primeiro desembolso ainda em 2018. Dentre as tarefas estavam a finalização de documentos condicionantes ao desembolso como a Repartição de Benefícios, o Manual Operacional e o Plano de Investimentos.

Uma vez consolidadas as definições quanto à governança do Programa que ocorreram na missão, complementados pelos resultados das consultorias, iniciou-se o processo a construção do Manual Operacional do Programa (MOP), cuja elaboração ficou a cargo do FUNBIO, bem como o detalhamento da Repartição de Benefícios e a construção do primeiro Plano de Investimentos (PDI) realizados pela Coordenação do Programa.

Outras tarefas incluíam ainda a elaboração da identidade visual do Programa, a construção de Termo de Referência para contratação da Consultoria Internacional exigida, um resumo para

Relatório Anual do Programa REDD Early Movers Mato Grosso
Período janeiro de 2018 a junho 2019

comunicação, matriz lógica de indicadores, Plano de Monitoramento e Aprendizagem, Relatório Anual, além de documentos necessários para a validação da redução de emissões.

A consolidação do Grupo de Coordenação acontece a partir da internalização do Programa nas principais instituições parceiras executoras, SEAF, SEDEC e Casa Civil (Superintendência de Assuntos Indígenas), e da decisão comum entre essas instituições sobre reunir em um mesmo ambiente de trabalho os pontos focais de cada uma delas - Coordenadores dos Subprogramas com apoiadores de instituições executoras, EMPAER e BPMPA.

Como medida de consolidação da Coordenação, foi elaborado um Termo de Cooperação entre as Secretarias envolvidas no REM, assim como definidos os Coordenadores através de Portarias emitidas nos respectivos órgãos.

A decisão de compartilhar a Coordenação do Programa REM entre SEMA e Estratégia PCI, faz parte do processo de implementação da Estratégia, definido em alto nível pelo Governo do Estado. Desde a concepção da Estratégia PCI, concebeu-se que esta poderia vir a dotar-se de uma estrutura própria, capaz de articular atores públicos e privados e de captar recursos para implementar novos programas e projetos que entregassem as metas definidas pelo conjunto de stakeholders conectados à Estratégia. O Programa REM, que através de sua clara repartição de benefícios apoia diretamente a Estratégia PCI, foi visto pela gestão também como uma oportunidade para que esta estrutura da PCI fosse viabilizada. O Acordo em Separado do REM prevê que uma vez institucionalizada, a PCI possa assumir a gestão operacional do Programa, criando no Estado um núcleo técnico permanente, independente de ciclos políticos e que pode, com o aprendizado gerado pelo REM, ser capaz de executar outros Programas que possam complementar a agenda da PCI para o Estado de Mato Grosso.

Em janeiro de 2019 ocorreu a troca de governo no Estado de Mato Grosso. Embora o novo governo seja de um grupo político diferente do anterior, muitos processos estratégicos para o Estado foram mantidos, incluindo projetos de cooperação internacional. Neste sentido, não foram alteradas as estruturas de governança definidas anteriormente, assim como não houve mudança significativa nas Secretarias e órgãos que compõem a governança do REM. As equipes envolvidas foram mantidas, assim como foi dada a garantia da continuidade do Programa em seus diversos componentes.

O novo governo assumiu o Estado com uma situação fiscal desafiadora e para enfrentar esta situação, o governador tomou medidas de ajuste que afetaram o funcionalismo público, assim como propôs novas contribuições ao setor produtivo do Estado. Além disso, diversos órgãos e empresas do Estado foram, e ainda estão sendo analisadas, em relação a custos operacionais. Neste contexto, tornou-se ainda mais importante para o Estado garantir recursos oriundos de cooperação, dada sua baixa capacidade de investimentos.

A Secretaria de Estado da Fazenda, havia iniciado na gestão anterior a negociação de um empréstimo com o Banco Mundial, na categoria de *Development Policy Loan* (DPL). Este empréstimo teria como finalidade aliviar a situação fiscal do Estado. A negociação teve continuidade na nova gestão, e as medidas de ajuste fiscal efetuadas pelo governo foram consideradas suficientes para o projeto. Ao mesmo tempo, o projeto de DPL, além do pilar fiscal, incluiu também um pilar ambiental, com ações prévias necessárias para a aprovação do empréstimo.

A construção do pilar foi feita em diálogo entre a Estratégia PCI e a SEMA. Como ações prévias consideradas no DPL, foram incluídos o Decreto do PRA (e o acordo de cooperação entre MPF e SEMA, para controle do sistema de cadastro ambiental do Estado), o Plano de Prevenção e Controle

Relatório Anual do Programa REDD Early Movers Mato Grosso
Período janeiro de 2018 a junho 2019

de Desmatamento e Incêndios Florestais - PPCDIF, e a institucionalização da PCI. Através do Decreto 46 de 27 de fevereiro de 2019, o novo governo reconhece a Estratégia PCI como instrumento de planejamento do Estado e delibera que sua implementação será feita em parceria com entidade privada denominada Instituto PCI, que terá a função de articular atores públicos e privados, captar e gerir recursos para implementar programas e projetos além de sugerir políticas públicas entre outras funções.

O DPL reforça a política florestal e de desenvolvimento sustentável do Estado, sendo um importante apoio para os objetivos do Programa REM e da Estratégia PCI.

Com o primeiro Desembolso do Programa realizado em dezembro de 2018, a Coordenação e o FUNBIO iniciaram o processo para operacionalizar o primeiro PDI, com a criação da estrutura operacional no Sistema Cérebro do FUNBIO, e capacitações das equipes envolvidas, assim como a construção dos primeiros termos de referência nos subprogramas.

Em diálogo com o KfW, foi sugerida a contratação do consultor Arnaldo Carneiro, com sua equipe que já tinha a experiência do projeto INPUT, para que pudesse apoiar o REM em uma definição geográfica de prioridades, considerando seus subprogramas e também os processos de estoque e fluxo do Estado. O resultado do trabalho foi apresentado durante a Missão de Monitoramento do REM, em maio de 2019. A Missão também indicou falhas e melhorias na gestão do Programa, e elaborou um novo Plano de Trabalho a ser seguido pela Coordenação e pelo FUNBIO.

2.1 Auto Avaliação da Gestão e Governança do Programa

Conforme colocado acima, o período compreendido no presente relatório foi destinado às preparações iniciais para execução do Programa, focadas principalmente em:

- 1- Construção a estratégia do Programa;
- 2- Elaboração dos documentos necessários para realização do desembolso ainda em 2018;
- 3- Reunião da equipe técnica para gestão do Programa, e;
- 4- Estruturação física do Grupo de Coordenação do Programa REM.

As discussões para a construção da estratégia do Programa REM aconteceram de forma individualizadas por subprogramas, estimando o desembolso para o final de 2018 e o início da operacionalização para março de 2019. Foram inúmeras reuniões com diferentes atores, variando de acordo com o subprograma e/ou cadeia de valor em questão. Não houve orientação na época para registro das discussões em formato de plano estratégico. Desta forma, as reuniões aconteceram sem metodologia definida, e as decisões não foram registradas adequadamente de forma a transmitir toda a riqueza de tal processo de construção, tendo sido mantido o formato da Repartição de Benefícios para registros.

A equipe técnica envolvida possui larga experiência com o Estado, entretanto, ainda não detinha experiência sólida em projetos de cooperação internacional, tendo sido empregado significativo esforço para elaboração e adequação dos documentos ao padrão preconizado pelo KfW. Sucessivas revisões dos documentos para atendimento aos padrões solicitados pelo KfW demandaram um tempo significativo nessa fase. Os documentos: MOP, Repartição de Benefícios e PDI foram concluídos e receberam da N.O. do KfW no final de dezembro de 2018.

É importante ressaltar que o Grupo de coordenação fora criticado durante missão do KfW em maio

de 2019 por não apresentar um plano estratégico para embasar o primeiro PDI. Como documento de apoio ao primeiro PDI fora encaminhado um texto que retrata a estratégia existente acerca do primeiro PDI. Porém, percebeu-se que tais informações não foram consolidadas em um documento que possibilitasse o entendimento sobre a macro estratégia do Programa.

A alocação da equipe multi-institucional em um mesmo local de trabalho aconteceu, de fato, após o primeiro desembolso e a troca de governo, quando a equipe foi alocada em escritório exclusivo para o Programa REM.

Inúmeras reuniões foram realizadas entre as instituições executoras a fim de refinar o cronograma de execução e preparar o início da mesma. No entanto, dada a necessidade de alinhamento entre os diversos documentos para desenvolvimento da estrutura dos sistemas internos do FUNBIO, observou-se demora na fase de preparação para inserção de atividades e início das ações nos sistemas do FUNBIO. Outros atrasos, assim como divergências no repasse de algumas informações à equipe gestora, geraram alguns problemas e lentidão para o início do fluxo de aquisições e contratações.

Com objetivo de sanar esta e outras questões, permeando prazos e qualidade de informações/orientações repassadas, o FUNBIO deu início a um esforço de reorganização interna de forma a alterar e ampliar a equipe da gerência dedicada exclusivamente ao Programa visando um atendimento mais rápido e eficaz das demandas do Programa.

Vale destacar ainda, a importância na definição de prazos para todas as instâncias e parceiros envolvidos na gestão/execução do Programa, incluindo os prazos de resposta do KfW aos processos mais cruciais.

Como forma de aprimorar a integração das equipes e apropriação dos procedimentos pelas mesmas, o FUNBIO elaborou um plano de Capacitação a ser constantemente implementado e aprimorado em conjunto com os parceiros. Esta ação busca dirimir as dificuldades enfrentadas no início da execução que ocasionaram um atraso no andamento das atividades.

Em certa medida é importante ressaltar, de acordo com as sugestões do KfW, a ausência de um planejamento orientado para os resultados do Programa, ou seja, mesmo com os documentos de gestão disponibilizados, observa-se ainda pouca conexão entre ações planejadas e as metas estabelecidas para o REM, apesar da grande dedicação das equipes envolvidas. Tal lacuna deverá ser preenchida com a contratação da Consultoria Internacional, cujo processo de seleção foi iniciado no período deste relatório.

3. Principais Avanços e Desafios na Implementação do Programa

A Coordenação em Cuiabá priorizou os trabalhos referentes ao refinamento da estratégia da Repartição de Benefícios junto aos parceiros executores e outras entidades que representam a sociedade civil. Novas rodadas de reuniões foram realizadas com as secretarias, organizações da sociedade civil e de produtores, com a intenção de aperfeiçoar o documento.

As prioridades foram revisitadas, e entidades como a EMPAER e Funai foram incluídas nas discussões, dada a sinergia de suas atividades com os objetivos do Programa.

Relatório Anual do Programa REDD Early Movers Mato Grosso
Período janeiro de 2018 a junho 2019

Finalmente, a Coordenação do REM trabalhou para formalizar a relação entre os diferentes órgãos da administração ligados ao Programa REM através do Termo de Cooperação nº0388/2018 assinado entre SEMA, SEAF, Casa Civil, SEDEC, IMAC em cooperação com a SEDEC, EMPAER, SESP e MPMT no dia 26 de dezembro de 2018, solidificando a governança durante o processo de transição governamental.

Durante o segundo semestre de 2018, com a Coordenação Geral definida, o Programa passou a contar com uma pessoa dedicada em período integral ao processo de construção do Programa, o que intensificou o processo de articulação interinstitucional e, conseqüentemente as negociações para a formação de uma equipe dedicada em tempo integral.

O maior desafio durante o segundo semestre de 2018, foi a falta de equipe da Coordenação do Programa REM pelo Estado de Mato Grosso diante da enorme demanda para elaborar os documentos de base. Foi necessário instituir a Coordenação do Programa, para aprofundar as discussões com os parceiros executores de cada subprograma e, conseqüentemente, mobilizar a equipe para conduzir o trabalho de forma coesa e focada em objetivos comuns. Foi um período de muitas reuniões a fim de consolidar a estratégia central de execução do Programa.

Setembro de 2018 marcou a chegada dos pontos focais dos subprogramas, quando estes estiveram juntos no treinamento oferecido pelo FUNBIO entre os dias 18 a 21 daquele mês. O Grupo de Coordenação do programa (GCP-REM) foi capacitado na utilização do sistema Cérebro e nas regras e procedimentos adotados para realização de compras e contratações, além de aspectos gerais do Programa.

O grupo passou a fomentar discussões técnicas com as instituições parceiras a fim de definir cadeias prioritárias, construir metas, estratégias de implementação, identificação de materiais e métodos de execução, entre outras inúmeras informações construídas para subsidiar a finalização da Repartição de Benefícios e do MOP, a construção da Matriz Lógica, do Plano de Investimentos, para subsidiar a construção dos centros de custos e a operacionalização do sistema de gestão financeira-Cérebro 2.0.

No mesmo período ocorreu a 2ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor do Sistema Estadual de REDD+, que teve como pauta principal a apreciação e a deliberação sobre o documento Estratégia de Repartição de Benefícios do Programa REM (07.08.2018); a 2ª Reunião Ordinária do Fórum Mato-Grossense de Mudanças Climáticas, onde foi realizada a apresentação oficial da proposta do Subprograma Indígena do Programa REM aos membros do Fórum (01.11.2018) e a 3ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor do Sistema Estadual de REDD+ com a pauta de apreciação e deliberação sobre o documento Subprograma Territórios Indígenas do Programa REM (10.12.2018). O resultado desse esforço foi fundamental para a realização do desembolso por parte do KfW em dezembro de 2018.

A implementação da governança do Programa, recém instituída, exigiu esforços de múltiplos atores, visto que essa experiência é pioneira no estado de Mato Grosso. Dentre os principais desafios estiveram: a compreensão e assimilação do processo participativo, assim como definição dos papéis de cada organização. A consolidação de estrutura plenamente dedicada à parte operacional do Programa REM, papel de sua Coordenação, possibilitou a concentração das demandas e monitoramento dos avanços.

Atrasos na implementação do Programa podem ser atribuídos a morosidade na consolidação do GREM, equipe reduzida com dedicação integral do Programa no FUNBIO, e ausência de modelos de documentos, os quais foram elaborados de forma colaborativa entre as partes envolvidas (SEMA,

Relatório Anual do Programa REDD Early Movers Mato Grosso
Período janeiro de 2018 a junho 2019

FUNBIO, KfW, outros atores do arranjo institucional), considerando seus diferentes tempos de resposta. Após esse processo de consolidação da estrutura de governança, seguiu-se uma etapa de estabelecimento dos fluxos de processos objetivando a melhoria na eficiência da execução do Programa.

Em janeiro de 2019, foram realizadas reuniões para apresentação do sistema GPWeb ao GCPREM e inclusão do Programa REM no sistema. No entanto, por equipe ainda muito reduzida na operacionalização do Programa, o acompanhamento via GPWeb não se instalou como rotina.

Como apoio na operacionalização fora contratado uma consultoria como insumo importante para o planejamento da execução estratégica do Programa. Reforça-se a ocorrência de certo desencontro nas informações/orientações para esse tipo de procedimento, o que ocasionou uma demora para finalização do processo. Tal fato corrobora a necessidade de estabelecimento de prazos para todos os envolvidos (GCPREM, FUNBIO e KfW).

A mobilização de muitos atores governamentais em prol do planejamento do Programa gerou a demanda por informações sistematizadas, como forma de acompanhar o andamento do projeto. Para suprir essa demanda, a GIZ garantiu apoio por meio da contratação de uma estagiária que assumiu a tarefa de elaborar informativos quinzenais que vêm mantendo os parceiros do Programa informados sobre o andamento e principais resultados das atividades realizadas (anexos 1 a 12)

Ainda no mesmo período, a partir da determinação das modalidades de acesso, implementação de recursos e do planejamento da execução dos subprogramas, foram construídas a estrutura financeira para o Programa no FUNBIO, permitindo a inserção do planejado no sistema Cérebro e o início da interação entre os executores e FUNBIO para execução das atividades.

A complexidade estrutural, de sistemas e de executores também desafiaram a equipe do FUNBIO em identificar e definir orientações e parâmetros de atuação para o projeto que conjugasse as normas operacionais, procedimentos padrão, uso de sistemas e modelos de gestão e governança que fossem aplicáveis ao REM, a partir de outras experiências de gestão de projetos pelo FUNBIO, inclusive dos mesmos doadores (KfW).

Em abril, foi realizada a primeira oficina sobre procedimentos e informações gerais sobre a operação do Programa e do sistema Cérebro 2.0, quando da finalização da organização dos centros de custos nos sistemas do FUNBIO. Na mesma oportunidade foi realizada a inserção, pelo GCPREM, das ações planejadas para o primeiro PDI no sistema Cérebro 2.0.

Cabe destacar que, não houve aprovação imediata pelo FUNBIO das primeiras solicitações de compras e contratações alocadas no sistema, devido à espera da aprovação do PAAC pelo KfW. Esse fora um desafio ainda presente em junho de 2019 que traz morosidade e conseqüentemente atrasos na execução do Programa. Como solução para tal o FUNBIO planejou em sua Plano de Capacitação a realização de mais uma capacitação para que as especificações e termos de referência (documentos base para a realização das compras e contratações) sejam preenchidas de maneira correta de modo a evitar maiores atrasos. O grupo de Coordenação também deverá definir com maior planejamento as diversas solicitações de modo a evitar sucessivos cancelamentos de protocolos. O planejamento das ações e das aquisições orientadas aos resultados do Programa REM é objeto sempre pautado nas tratativas com o KfW e espera-se que com o desenvolvimento dos serviços da Consultoria Internacional essa situação seja superada.

Em maio de 2019 foi realizada a 2ª Missão de Monitoramento do Programa. A Missão incluiu uma visita de campo, que incluiu visitas na região de Sorriso, as experiências de restauração florestal de

produtores de soja, assentamentos de agricultura familiar, e uma visita a Terra Indígena Santana, da etnia Bakairi. A intenção das visitas foi oferecer um amplo espectro das diferentes realidades em Mato Grosso, e os desafios de cada subprograma REM. Durante a missão também foram debatidas as propostas de implementação de cada subprograma, assim como as dificuldades operacionais para sua implementação. Como descrito acima, durante a missão, ficou evidente a necessidade de melhor planejamento e organização das ações dentro do Grupo de Coordenação, assim como definição de fluxos e responsabilidades entre todos.

Comunicação

Além das ações relacionadas diretamente à execução financeira, houve o esforço realizado para a padronização dos materiais de comunicação do Programa REM. Após a consolidação da primeira versão da identidade visual do programa, contendo a barra de parceiros/as, logos atendendo às especificidades de aplicação, manuais de aplicação e outros materiais associados (junho de 2018) foi iniciada a definição dos produtos de uso rotineiro pelo Programa REM/MT, tais como: papel timbrado para documentos (capa e folhas do interior), modelo de ofício, cartão de visita, envelope, entre outros. A aplicação correta das marcas e desenvolvimento de materiais permite que o projeto avance nas suas comunicações de modo padronizado.

Ainda em relação à comunicação, foram publicadas informações sobre do Programa REM-MT no site do FUNBIO - dando maior visibilidade ao Programa, bem como pelos sites do Governo de MT, em especial na SEMA, e outros sites de veiculação regional.

A partir do mês de novembro de 2018 teve início o envio de informativo periódico de ações do Programa ao público interno do mesmo, conforme mencionado acima. A iniciativa, viabilizada com apoio da GIZ, visa manter a totalidade dos parceiros informada sobre as ações desenvolvidas no âmbito do Programa.

Consultoria Internacional

Durante o período do presente relatório, foi iniciado o processo de elaboração de documentos e consultas jurídicas necessárias para contratação da Consultoria Internacional. Conforme descrito no Acordo em Separado, a Consultoria Internacional terá um papel de assessoramento ao Grupo de Coordenação na preparação, execução e operação técnica e gerencial do Programa REM, inclusive no monitoramento e supervisão de todas as etapas da execução em estreita coordenação com a equipe do FUNBIO.

No período descrito neste relatório iniciou-se o processo de contratação da Consultoria Internacional após a N.O do KfW. Podem ser destacadas as etapas de pré-qualificação das empresas e as visitas *in loco* realizadas. No final do período retratado, em junho de 2019, as 4 empresas pré-qualificadas receberam a carta-convite para apresentação de propostas com prazo de 02 de agosto de 2017. Há a previsão de finalização do processo de contratação em meados outubro de 2019.

MOP

As dificuldades experimentadas na seleção de gerência dedicada ao projeto no FUNBIO tiveram reflexo no atraso na consolidação da versão final do MOP. Diferentes versões e modelos utilizados em outros projetos foram pesquisados e usados como referência para a elaboração do MOP. Os

Relatório Anual do Programa REDD Early Movers Mato Grosso
Período janeiro de 2018 a junho 2019

fluxos de feedback entre o FUNBIO e o KfW também contribuíram aos atrasos dada a intensa agenda de ambas instituições na construção comum do documento. O processo de elaboração do MOP requereu uma carga significativa de consultas para sua melhor redação e refino de conteúdo, aprovado em dezembro de 2018.

Durante o período, foram realizadas as reuniões finais para revisão e ajustes no Manual. A versão final do MOP foi entregue ao KfW em dezembro de 2018, considerando toda a série de documentos relativos à governança, operacionalidade do programa, padrões estabelecidos pelo gestor financeiro (FUNBIO) e resultados sistematizados dos eventos, tal como a ajuda memória da Missão realizada em maio de 2018.

O MOP foi aprovado pelo KfW em 17 de dezembro de 2018 e vem sendo utilizado pelos parceiros para nortear a execução das atividades.

Vale destacar ainda outros pontos relevantes em relação aos desafios encontrados para implantação do Programa REM:

a) Construção de um programa intersetorial

Considerando os diferentes públicos beneficiários do Programa REM, são também diversos os órgãos do estado envolvidos em atividades relacionadas ao mesmo.

A construção da repartição de benefícios em Mato Grosso exigiu um nível de integração entre Secretarias e outros órgãos que dificilmente se vê na administração pública, assim como exigiu a interação de atores desses órgãos com a sociedade civil devido à forma participativa peculiar à construção do REM.

Como resultado obteve-se um documento robusto que considerou distintas visões sobre prioridades e ações de impacto, definindo um instrumento de integração entre diversas políticas e ações com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável em Mato Grosso.

Ao mesmo tempo, sua construção demandou esforço e tempo considerável para a definição inicial da Repartição no *Template*, o trabalho do ICV e o aprofundamento de ações e prioridades pelos próprios envolvidos na construção dos subprogramas.

O desafio na integração entre secretarias e órgãos diferentes, deu-se também dentro das mesmas estruturas, entre os níveis técnicos e de gestão, bem como entre diferentes departamentos.

A existência de experiências precedentes, como a própria Estratégia PCI (que já reunia diferentes secretarias de governo à sociedade civil e ao setor produtivo), contribuiu para facilitar o processo de integração para a concepção de uma política de desenvolvimento.

A Repartição de Benefícios foi construída por um núcleo de pessoas que reuniu dados primários e secundários, iniciativas em curso e inteligência pré-existente no Estado, e ao mesmo tempo foi capaz de consultar diferentes grupos sociais e ter o incorporar uma abordagem estratégica do Estado e a visão de longo prazo para sua implementação.

O CEGREM foi constituído para dar o olhar estratégico de integrar políticas públicas em prol de uma visão de longo prazo. O momento político, com diversas mudanças em Secretarias e na Casa Civil não contribuiu para que o Comitê tivesse esse papel de forma mais incisiva, embora os Secretários estivessem plenamente envolvidos e comprometidos com a implementação do REM. Ao mesmo tempo foi importante consultar e envolver as bases técnicas das Secretarias e órgãos diretamente

Relatório Anual do Programa REDD Early Movers Mato Grosso
Período janeiro de 2018 a junho 2019

ligados ao REM para que o Programa fosse incorporado às estruturas, independentemente de critérios iminentemente políticos.

b) Construção do Subprograma Territórios Indígenas

Mato Grosso reúne 43 etnias diferentes em mais de setenta territórios dentro de sua jurisdição. O componente indígena é um pilar fundamental do Programa REM em Mato Grosso considerando a contribuição desses territórios à manutenção do estoque de florestas do estado.

O REM propiciou um processo de construção participativa, baseado em consultas formais a diferentes regiões e grupos étnicos no estado. As consultas geraram uma agenda de prioridades, cujo legado extrapola o REM, e pode servir de base e toda uma política pública voltada aos povos indígenas em Mato Grosso, podendo ser considerado como modelo para outros estados.

Realizar o processo de consultas, com 12 oficinas envolvendo 1.500 pessoas em regiões remotas e sem infraestrutura na maior parte das vezes, representou um desafio logístico e demandou esforço dos organizadores e apoiadores.

A definição do Subprograma Territórios Indígenas foi possível graças ao apoio da GIZ, da facilitação e apoio logístico feito pelo ICV e pelo envolvimento da própria FEPOIMT.

A organização prévia dos representantes indígenas em uma Federação Estadual representando diversas associações de base foi fundamental para que este resultado fosse atingido.

c) Contexto político, econômico e social em Mato Grosso e no Brasil

Embora a construção do REM e sua implementação tenha caminhado de forma independente à política estadual e nacional, em grande parte graças ao empenho dos envolvidos no processo, é preciso reconhecer que o momento vivido no país representa um desafio a mais para o Programa.

O aporte financeiro do REM é especialmente importante para as atividades de controle do desmatamento em Mato Grosso. Ressalta-se que o Programa REM é um esquema de pagamento por resultados, o que significa que para que o investimento aconteça é preciso ter um desempenho abaixo do “gatilho” de desmatamento. O gatilho refere-se à taxa de desmatamento acima da qual cessariam os pagamentos por resultados. Para o Programa REM em Mato Grosso, foi definido em 1.788km², em referência à taxa média de desmatamento entre 2006 e 2015. Em 2017, segundo o Prodes, o desmatamento atingiu 1.561km².

Durante o ano de 2017 a Comissão Executiva do Plano de Prevenção e Controle de Desmatamento e Queimadas de Mato Grosso (PPCDQ-MT), secretariada pela SEMA, e contando com o apoio de uma consultora contratada pelo Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM, realizou diversas oficinas para revisão das fases anteriores de implementação (2009 a 2013 e 2014 a 2016) e contemplando também a atualização do contexto político e programático do Estado em relação às iniciativas de desenvolvimento sustentável.

O Plano, que teve sua denominação alterada para Plano de Prevenção e Controle de Desmatamento e Incêndios Florestais de Mato Grosso (PPCDIF-MT) foi publicado no diário oficial, em 15 de maio de 2018, pelo Decreto nº 1.490. Embora diversas ações propostas para prevenção e combate ao desmatamento e incêndios florestais já estejam em implementação, o Programa REM, no âmbito do fortalecimento institucional irá contribuir significativamente para que o Plano seja de fato executado integralmente.

Relatório Anual do Programa REDD Early Movers Mato Grosso
Período janeiro de 2018 a junho 2019

O apoio do Programa REM ao fortalecimento do Estratégia PCI pode garantir o aumento do acesso ao financiamento climático internacional, uma vez que os resultados alcançados pelo estado têm benefícios globais importantes.

d) Desafios na implantação do programa

O FUNBIO, como agente financeiro do arranjo institucional do REM MT, tem ampla experiência na gestão de projetos similares de cooperação técnico-financeira, inclusive com o KfW. Entretanto, em função das singularidades apresentadas em aspectos essenciais ao Programa REM, como as modalidades de implementação e a condicionante fundamental, a Estratégia de Repartição de Benefícios, a instituição envidou esforços para ajustes em suas estruturas de gestão, controle e monitoramento para atender às especificidades do projeto.

Nesse sentido, cabem destacar-se os seguintes principais desafios na implementação do programa:

a) Contratação de equipe

Em função da resposta do mercado e do alto grau de expertise necessária a condução de um projeto deste vulto, houve necessidade de ampliar a busca de profissionais experientes no tema e com experiência na condução de projetos complexos. Foram necessárias duas publicações da vaga para Gerente do Projeto uma vez que na primeira chamada, realizada em janeiro 2018, as candidaturas não apresentaram as qualificações necessárias ao desafio da condução do Programa REM. Nova chamada foi realizada (republicação de anúncio de vaga) em março 2018. Desse processo o FUNBIO selecionou o Gerente do projeto, que teve contrato iniciado em 2 de maio 2018.

b) Definição das modalidades de execução.

A identificação e parametrização dos diferentes modos de execução do programa exigiu mais tempo do que o planejado pois o Programa REM conjugaria, no mesmo projeto, 3 modalidades de execução distintos e que necessitaram de ajustes no sistema operacional Cérebro 2.0. em função do complexo arranjo para implantação do programa, envolvendo distintos atores institucionais, integração de políticas públicas que vão desde o combate ao desmatamento ao fortalecimento de organizações de base. Além do apoio ao desenvolvimento socioeconômico e ambiental de arranjos produtivos orientados a populações tradicionais, indígenas, produtores, a agricultura familiar e ao agronegócio. Ou seja, grupos de interesse distintos porém com forte atuação no cenário econômico, social e ambiental do estado, ajustados a subprogramas diversos em relação a foco, porém complementares na conservação ambiental e com amplitude de ação e impacto. Outro aspecto relevante considerado para a elaboração das estratégias de ação foram os diferentes graus de institucionalização de parceiros executivos no arranjo de operacionalização, ou seja, organizações de base, instituições estaduais, federais, representantes dos poderes executivo e legislativo, implementadores de políticas nacionais e estaduais, etc.

c) Manual Operacional do Programa (MOP)

Todas essas dificuldades experimentadas na seleção da equipe, no arranjo dos *Stakeholders*, identificação e grau de maturidade das instituições parceiras e do próprio estado refletiram no atraso da consolidação da versão final do MOP e aprovação do KfW. Houve a necessidade de extensa pesquisa em materiais pretéritos das instituições envolvidas para apoio na elaboração do MOP. O processo de elaboração do MOP exigiu sucessivas e exaustivas revisões para sua melhor redação,

refino de conteúdo e melhor arranjo de operacionalização do Programa. Tal contexto motivou a consecução da tarefa de construção do documento.

d) Parametrização dos sistemas de gestão

A complexidade estrutural do Programa REM, os sistemas operacionais e capacitação dos parceiros executores também foram um desafio a ser suplantado. Quer dizer, para identificar e definir as orientações e parâmetros de atuação do Programa REM, para que esses se conjugassem em normas operacionais, procedimentos padrão, uso dos sistemas e modelos de gestão e governança aplicáveis ao REM, a partir de outras experiências de gestão de projetos pelo FUNBIO, inclusive dos mesmos doadores (KfW), foram necessários ajustes e significativos esforços.

De toda sorte pode se considerar que a maioria das dificuldades encontradas foram sobrepujadas e as que ainda resistem padecem mais de pequenos ajustes do que de ações veementes. A seguir serão descritas as atividades implementadas no âmbito de cada subprograma. Os custos específicos, assim como os detalhes dos processos de aquisições e contratações serão disponibilizados juntamente ao relatório financeiro entregue no dia 15 agosto de 2019, como previsto:

3.1 Subprograma 1 – Agricultura Familiar e Povos e Comunidades Tradicionais

No período do relatório foi iniciado, com apoio da GIZ, o processo de diálogo e divulgação do Programa REM junto aos setores de agricultura familiar e populações e comunidades tradicionais (PCTs). A estratégia da GIZ e da SEAF será orientada por cadeias produtivas, pensando ações estruturantes que priorizem e organizem a participação de tais setores e o monitoramento das ações do Programa.

Em janeiro de 2018 foi realizada reunião com a SEAF para conhecimento do Zoneamento Socioeconômico do Estado de Mato Grosso; e também houve a realização de alinhamentos da coordenação com o FUNBIO e parceiros para classificação de insumos no sistema Cérebro 2.0

Em fevereiro, a equipe de coordenação visitou Unidade de Referência Técnica - URT em pecuária leiteira no Município de Campo Verde para conhecer as metodologias aplicadas na propriedade e resultados alcançados na unidade de produção familiar e iniciou-se os diálogos com técnicos e parceiros envolvidos com as cadeias produtivas do extrativismo florestal não madeireiro para construção das estratégias para o Eixo. A mudança de gestão do Governo do Estado, fez-se necessário apresentar e discutir as estratégias do Subprograma da Agricultura Familiar, Povos e Comunidades Tradicionais com os novos gestores da Secretaria de Agricultura Familiar – SEAF, e da Empresa Mato-grossense de Pesquisa Assistência Técnica e Extensão Rural – EMPAER, que contou com a participação da SEMA e do Grupo de Coordenação do Programa REM. Ainda neste mês, foi feita discussão para elaboração da proposta de Plano de Trabalho para Inclusão Participativa de Povos e Comunidades Tradicionais que será executada pelo IPAM em parceria com a GIZ. Ocorreu também a explanação de procedimentos para elaboração de Termos de Referência pela equipe do FUNBIO a coordenação e parceiros presentes.

No mês de março foi realizada a reunião de condução do programa com os responsáveis de cada instituição parceira do Programa REM, e seguindo a construção do Plano Estadual da Agricultura Familiar do Estado, foram realizadas as definições referentes ao processo de consulta pública do Sistema Estadual Integrado da Agricultura Familiar - SEIAF MT. Foi realizado o debate para a

Relatório Anual do Programa REDD Early Movers Mato Grosso
Período janeiro de 2018 a junho 2019

condução operacional dos trabalhos a serem desenvolvidos pela EMPAER-MT com a coordenação de Ater da empresa. Para conhecer e identificar os apoios na cadeia leiteira do Estado, os representantes da SEAF participaram da reunião de apresentação das perspectivas da Associação dos Produtores de Leite – Aproveite e SEAF, onde foram apresentadas e debatidas estratégias de viabilidade dos laboratórios de análises de qualidade de leite e carrapaticidograma (índice de eficácia de carrapaticidas). Ainda no mês março foi realizado o 1º Minicurso de Normas e Procedimentos para o Manejo Florestal não Madeireiro promovido pela SEMA-MT, para técnicos e sociedade civil, o qual a coordenação esteve presente explicando a atuação do programa REM e esclarecendo dúvidas.

Em abril a equipe de coordenação participou de reunião com todos os gestores da EMPAER para refinamento dessas estratégias de operacionalização das atividades de campo dos Subprogramas de Agricultura Familiar e Produção Sustentável. Foi realizada uma reunião para inserção de todas as tarefas previstas no primeiro Plano de Investimentos do programa no sistema de monitoramento de projetos GPWeb da SEMA-MT e também foi inserido todos os itens projetados para o primeiro desembolso no sistema Cérebro 2.0 para iniciar o Programa REM MT.

No mês de maio a equipe da coordenação participou da 1ª reunião do Fórum de Mudanças Climáticas do Estado de Mato Grosso e pode ouvir demandas de representantes da sociedade civil em relação ao desenvolvimento de ferramentas metodológicas para quantificar o nível de sustentabilidade das atividades desenvolvidas pela agricultura familiar. Para integrar e inovar a assistência técnica e extensão rural no Estado, iniciou-se com apoio da GIZ e ONG's parceiras, discussões e apresentação de trabalhos interestaduais com metodologia de trabalho em cadeias de valores – Value Links para fortalecer a implantação das redes sociotécnicas. Quanto a construção e integração de sistemas de informática para aplicação na agricultura familiar, foi realizada a reunião de nivelamento sobre o desenvolvimento de sistemas de tecnologia de informação, apresentação dos conteúdos técnicos e computacionais necessários, e definição das demandas necessárias para escopo de trabalho no programa REM MT.

Em junho, a equipe da coordenação participou do Workshop Caminhos da Semente, organizado pela (AGROICONE/ISA/P4F) e contou com especialistas que atuam em diferentes áreas ligadas à cadeia da restauração e da Semeadura Direta (SD) para aprofundar futuras ações para o Estado. Ainda neste mês, houve reunião com a consultoria em planejamento estratégico para execução do primeiro PDI, para identificar as regiões prioritárias para focar os esforços do Programa REM, considerando o histórico de desmatamento por município, o estoque de floresta nativa em conservação e as pressões por novos desmatamentos promovidos por cada cadeia produtiva abarcada pelo subprograma da agricultura familiar. Também foi realizada reunião com a gestão da EMPAER para esclarecer as observações feitas pela equipe da missão internacional sobre o cronograma e priorização das atividades do planejamento operacional dos laboratórios e serviços de ATER. Também organizamos em parceria com a SEMA e MPEMT uma roda de conversa técnica com pesquisador do laboratório LETG-Rennes da Universidade de Rennes 2 da França sobre os trabalhos realizados com geoprocessamento, sinergismo com as atividades arquitetadas no Programa REM e aplicação de análises para agricultura familiar. Quanto a cadeias produtivas em ascensão no estado, destaca-se o cacau e café, a equipe de coordenação participou de reuniões para discutir apoio aos parceiros envolvidos na intensificação e melhorias dessas atividades produtivas, contudo, a equipe de coordenação ainda realizou, através do sistema eletrônico, solicitações de bens e serviços ao FUNBIO, iniciando o uso dos recursos aplicados a agricultura familiar do Estado de Mato Grosso.

3.2 Subprograma 2 – Territórios Indígenas

O Subprograma Territórios Indígenas possui um caráter inovador desde o seu planejamento inicial. Dada as características singulares de efetiva participação dos povos indígenas nos processos decisórios de maneira coletiva e consensual, a mesma estratégia foi utilizada no planejamento estratégico do programa. Foram ao todo 12 oficinas, envolvendo mais de 1.500 pessoas, das diferentes etnias dos 43 povos que vivem em Mato Grosso.

As primeiras oficinas aconteceram no ano de 2017, foram 04 oficinas de capacitação de multiplicadores sobre os objetivos e princípios dos programas. Uma estratégia de inclusão, de diálogo e de fortalecimento da autonomia dos povos indígenas.

Ao longo de 2018 foram realizadas mais 08 oficinas de construção do programa, quando estiveram presentes representantes das 07 regiões da FEPOIMT além de uma oficina específica para as mulheres. Uma estratégia importante não apenas para incluir todas as etnias, como para abrir espaço para que a questão de gênero fosse discutida de forma específica e aprofundada com as mulheres.

Em novembro de 2018 foi realizada a Assembleia Geral da FEPOIMT, onde foi aprovado o desenho final do Subprograma, resultado de um amplo processo de participação que contemplou prioridades de ações definidas pelos próprios indígenas. Serão ao todo 09 temas com suas respectivas linhas de ação.

A construção da Governança

A partir de janeiro de 2019, o grande desafio do subprograma foi a construção de um modelo de Governança que pudesse garantir o princípio participativo do programa e a autonomia dos povos indígenas. Tratava de fazer com eles, não para eles. E, nesse processo, foram feitas inúmeras reuniões envolvendo a temática da Governança, com a participação do grupo de coordenação do REM, a Superintendência de Assuntos Indígenas, FEPOIMT, GIZ, FUNAI, dentre outros atores institucionais envolvidos.

A arquitetura final da Governança aconteceu no mês de abril a partir da construção de consenso para a definição das instâncias de decisão do subprograma: Conselho Gestor de REDD, Comissão de Governança, Coordenação do Programa, Comitê técnico.

No mês de maio foi aprovado pelo Conselho Gestor de REED a proposta de Governança do Subprograma Territórios Indígenas, ficando para o segundo semestre a reunião de instalação.

Ainda no primeiro semestre a equipe do REM também se dedicou a inclusão dos Planos Operacionais Anuais – POA's e Plano de Investimentos - PDI no Sistema Cérebro 2.0 mas, no caso deste Subprograma específico, pouco pode ser incluído uma vez que a Governança não havia sido definida e, portanto, não havia definição de prioridades ou da alocação dos recursos. Apenas os recursos para o Fortalecimento Institucional para a Casa Civil e FUNAI foram lançados.

Apesar disso, algumas ações pontuais puderam ser desenvolvidas, tais como:

- a) Capacitação em Desenvolvimento Organização para a FEPOIMT, realizada pela GIZ (janeiro)
- b) Oficina de planejamento da SAI realizada pela GIZ (maio)
- c) Apoio ao Encontro de Mulheres Indígenas (junho)

- d) Após a liberação da execução financeira no Sistema Cérebro, a coordenação fez as solicitações de aquisições dos bens previstos no PDI para fortalecimento da Superintendência de Assuntos Indígenas (junho)

Visita da Missão de Monitoramento do Programa

Entre os dias 24 e 30 de maio ocorreu a missão para avaliação do Programa REM e, o subprograma foi elogiado pelo caráter participativo e inovador na construção. Como ainda não havia avançado na execução, em virtude da não instalação da Governança, as recomendações foram poucas, porém muito importantes:

- a) Definir prioridades para o primeiro ano de execução
- b) Definir critérios e elegibilidade e exclusão para facilitar a priorização e transparência na seleção de projetos;
- c) Priorizar as seguintes ações;
- d) Apoio a consolidação da FEPOIMT
- e) Projeto transversal e estruturante para o fortalecimento institucional de associações indígenas para gestão de recursos financeiros e projetos;
- f) Mapeamento e pré-qualificação de potenciais proponentes
- g) Preparação de Mini-MOP para o subprograma.

A coordenação do REM junto à equipe do subprograma tem se esforçado para cumprir as recomendações da missão e, o bom andamento do processo de execução que ainda se encontra em fase de implantação.

3.3 Subprograma 3 – Produção Sustentável, Inovação e Mercados

A partir da Missão de Monitoramento realizada pelo KfW em maio de 2018, foram detalhadas as atividades que serão apoiadas nos três eixos deste subprograma, a saber: pecuária, soja e manejo florestal. Todas as tratativas de preparação e alinhamento das atividades foram conduzidas considerando os possíveis riscos reputacionais envolvidos para os parceiros do Programa REM.

A construção da proposta do primeiro Plano de Investimento foi realizada de maneira colaborativas por meio de reuniões com os atores públicos e privados ligados à proposta do subprograma. A EMPAER, empresa Mato Grossense de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural, da mesma forma que para o Subprograma de Agricultura Familiar, foi convidada para ser apoiar na implementação deste subprograma, principalmente com foco em pecuária.

Assim, com a colaboração da Empaer a estratégia de intervenção, a partir da ATER pública nos eixos de regularização ambiental e melhoria de produtividade junto aos beneficiários, foi desenhada. Ao mesmo tempo, iniciou-se um diálogo com o Instituto Mato Grossense da Carne (IMAC) para que, no âmbito do subprograma, fosse construída a relação entre beneficiários e o mercado. O apoio do subprograma ao IMAC será uma forma de benefício direto aos produtores por meio de maior acesso a mercados.

A construção do PDI, no eixo da produção de soja, envolveu reuniões com diversos atores do setor produtivo com objetivo de desenvolver a proposta inicial da repartição de benefícios. Considerando

os compromissos de mercado existentes em relação a origem dos insumos para a produção de soja, a proposta desenvolvida junto ao setor privado foi apresentada com o objetivo de apoiar a expansão da sua produção responsável em Mato Grosso, considerando para essa commodities os protocolos de certificação identificados no benchmark das diretrizes da FEFAC europeia. Também foi cogitado o apoio também da Empaer na assistência voltada à regularização ambiental das propriedades.

No eixo do manejo florestal sustentável o diálogo foi estabelecido tanto no setor responsável da Secretaria de Meio Ambiente quanto com o setor privado. A proposta de investimento endereçou os principais problemas da cadeia, como a capacitação ao longo da cadeia, o controle da cadeia de custódia assegurando a legalidade e a inserção de Mato Grosso na REDEFLORE de Parcelas Permanentes.

Após as articulações e debates a proposta do 1o PDI foi consolidada durante o segundo semestre de 2018 e aprovada pelos partícipes. A partir de 2019, algumas mudanças de contexto refletiram também no Subprograma de Produção Sustentável uma vez que o Estado, enfrentando situação fiscal desafiadora, criou novas contribuições para o setor produtivo fato que gerou, em certa medida, resistência pelas entidades do setor ao novo governo. Ao mesmo tempo, *traders* de soja e organizações como *Soy Buyers Coalition* e *Soft Commodities Forum* que envolvem tanto *traders* como compradores de soja voltaram suas atenções ao bioma do Cerrado mais do que a Amazônia.

Para a implantação do eixo de soja responsável foram iniciadas tratativas com organizações que já trabalham com protocolos de soja responsável e que fossem representativas de produtores do setor, como o Clube Amigos da Terra de Sorriso e a Aliança da Terra. Essas organizações poderiam implementar o subprograma com foco voltado a áreas prioritárias no bioma do Cerrado no Estado, onde a expansão da soja apresentou maiores índices.

Em relação à pecuária o IMAC passou por reformulações, principalmente, quanto ao aspecto de financiamento que passou a ser 100% privado, embora ainda seja uma Organização Social com o governo do Estado representado em sua administração.

Houve também mudança nos rumos da proposta inicial do IMAC em mediar conflitos entre produtores e indústrias para apoiar de maneira mais significativa os processos de controle que visam garantir a origem legal da carne de Mato Grosso e conectá-la ao mercado. Assim tornou-se necessária a reformulação do PDI junto aos parceiros do Programa para ajustar tais mudanças e consolidar sua implementação.

3.4 Subprograma 4 - Fortalecimento Institucional e Políticas Públicas Estruturantes

No âmbito do Fortalecimento Institucional, foram realizadas reuniões para compreensão da problemática do combate e controle ao desmatamento, visando identificar as melhorias em sistemas e tecnologias, além do aperfeiçoamento dos fluxos operacionais entre as instituições envolvidas, sendo elas: SEMA, MPE, BPMA e SESP.

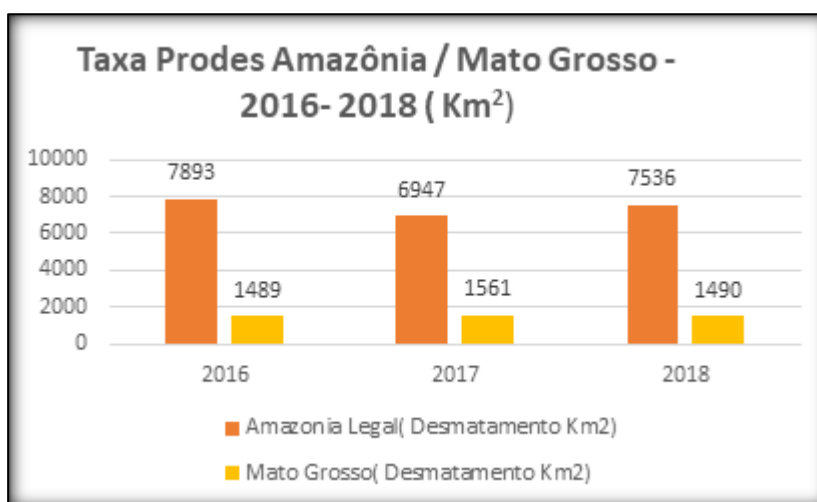
A reunião da coordenação do Subprograma com a superintendência de fiscalização realizada em janeiro auxiliou também na compreensão da demanda, assim como no planejamento das ações estratégicas e prioritárias.

4. Resultados e impactos alcançados

O monitoramento dos resultados e impactos alcançados pelo Programa REM bem como seu modelo de acompanhamento serão realizados a partir da definição e capacitação da equipe no método de *Monitoring, Evaluation and Learning Plan* (MEL) em oficina a ser realizada no segundo semestre de 2019.

4.1 Monitoramento da taxa de desmatamento

Segundo o monitoramento por satélite realizado pelo INPE (PRODES) na Amazônia Legal para o desmatamento “ corte raso” no período de 2017- 2018 apresentou uma variação na sua taxa de desmatamento de +8 % (7536 Km²- 6947 Km²); já no Estado de Mato Grosso, para o mesmo período ocorreu uma variação na sua taxa desmatamento de – 5% (1490 Km² – 1561 Km²).



A SEMA-MT realiza o monitoramento remoto nos três biomas (amazônico, cerrado e pantanal) distribuídos ao longo de seu território para fins de licenciamento ambiental, implantação do Cadastro Ambiental Rural, Planos de Manejos, autorização para supressão de vegetação, fiscalização, entre outros. Dos 253.108,75 hectares (2.531,08 Km²) desmatados mapeados pela Coordenadoria de Geoprocessamento e Monitoramento Ambiental (CGMA) para o ano 2017 apenas 15.277, 43 hectares (152,77 Km²) possuíam autorização de supressão de vegetação emitidos, o que representa aproximadamente 6% do total desmatado (fonte: “Dados do Desmatamento em MT 2016/2017”). de acordo com a análise independente feita pelo Instituto Centro de Vida - ICV, a porcentagem de ilegalidade é uma das principais características do desmatamento que ocorre no Estado.

Em 2018, na Amazônia, 85% de toda a área desmatada foi convertida sem autorização de desmatamento ou supressão de vegetação. A concentração do desmatamento detectado em 10 dos 141 municípios de Mato Grosso tem caracterizado fronteiras ativas de desmatamento, sobretudo nas regiões Noroeste e Médio Norte. Em 2018, 55% de toda a área desmatada no estado se concentrou em 10 municípios.

No Cerrado, o grau de ilegalidade em 2018 foi de 95%. O processo também se mantém concentrado regionalmente (50% em 15 municípios), com predomínio de grandes áreas (71%), e em imóveis com

Relatório Anual do Programa REDD Early Movers Mato Grosso
Período janeiro de 2018 a junho 2019

CAR (62,45%). No último dia 16 de agosto, o Instituto de Pesquisas Imazon divulgou seu boletim do Desmatamento da Amazônia Legal, baseado em seu Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD).

O SAD é uma ferramenta de monitoramento da Amazônia baseada no uso de imagens de satélites, desenvolvida pelo Imazon em 2008, para reportar mensalmente o ritmo do desmatamento e da degradação florestal na região. Detecta desmatamentos a partir de 1 hectare em florestas primárias. O conceito de desmatamento utilizado se refere na conversão total da floresta para outra cobertura e uso do solo, enquanto a degradação é um distúrbio parcial na floresta causado pela extração de madeira e/ou por queimadas florestais.

Considerando o calendário de desmatamento 2019, que compreende o período de agosto de 2018 a julho de 2019, o desmatamento na Amazônia Legal foi de 5.054 quilômetros quadrados, o que corresponde a um aumento de 15% em relação ao mesmo período do calendário anterior.

Em julho de 2019, o SAD detectou 1.287 quilômetros quadrados de desmatamento na Amazônia Legal, um aumento de 66% em relação a julho de 2018, quando o desmatamento somou 777 quilômetros quadrados. Em julho de 2019, o desmatamento ocorreu no Pará (36%), Amazonas (20%), Rondônia (15%), Acre (15%), Mato Grosso (12%) e Roraima (2%).

| Estado | Jul 2018 | Jul 2019 | Variação (%) | Ago 2017 a | Ago 2018 a | Variação (%) |
|--------------|--------------------|--------------------|--------------|-----------------------------|-----------------------------|--------------|
| | (km ²) | (km ²) | | Jul 2018 (km ²) | Jul 2019 (km ²) | |
| Acre | 35 | 187 | 434 | 104 | 371 | 257 |
| Amazonas | 164 | 253 | 54 | 836 | 1010 | 21 |
| Mato Grosso | 136 | 159 | 17 | 1157 | 955 | -17 |
| Pará | 289 | 470 | 63 | 1482 | 1792 | 21 |
| Rondônia | 152 | 188 | 24 | 641 | 760 | 19 |
| Roraima | 1 | 28 | 2700 | 161 | 160 | -1 |
| Tocantins | - | - | - | 4 | 2 | -50 |
| Amapá | - | 2 | - | 2 | 4 | 100 |
| TOTAL | 777 | 1287 | 66 | 4387 | 5054 | 15 |

O Quadro acima resume as informações do SAD e apresenta o comparativo de dados entre os meses de agosto de 2017 a julho de 2018 e dos mesmos meses de 2018 a 2019, no qual Mato Grosso obteve êxito na redução do índice de desmatamento em 17%. Mesmo considerando o aumento dos alertas de desmatamento em julho, Mato Grosso se mantém como o estado que tem melhor desempenho entre todos os estados brasileiros que compõe a Amazônia Legal.

O estado do Mato Grosso executa o Plano de Combate ao Desmatamento e Incêndios Florestais (PPCDIF/MT) que possui como meta a redução de 80% do desmatamento em florestas no período de 2016 a 2020. Para tal é considerada a linha de base revisada, relativa à média dos desmatamentos ocorridos nos anos de 2001 a 2010 (Decreto nº 2055 de 19/12/2013), e a meta de zerar o desmatamento ilegal até 2020, assumida pelo Estado na COP do Clima em Paris/2015, por meio da estratégia Produzir, Conservar e Incluir – PCI.

Como parte da estratégia de prevenção e combate ao desmatamento, e com o apoio do Programa REM, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente iniciou, no período deste relatório, a contratação de Plataforma de Monitoramento com Imagens de Satélite Planet, um sistema de detecção de desmatamento em tempo real de alta resolução que permitirá um monitoramento ambiental preventivo.

Espera-se que, a partir do monitoramento diário com imagens e alertas semanais de desmatamento, o serviço de fiscalização poderá identificar a ação no início, resultando em maior eficiência no combate ao desmatamento ilegal e beneficiando, conseqüentemente, quem produz de forma lícita. O serviço também facilita a adoção de estratégias públicas no combate a prática ilegal, que contribui para um crescimento sustentável, aliando desenvolvimento e preservação.

4.2 Avanços / mudanças na implementação da ENREDD+

Não ocorreram mudanças ou avanços na implementação da Estratégia Nacional de REDD+, as resoluções da Comissão Nacional para REDD+ (CONAREDD), instituída por meio do Decreto nº 8.576/2015, portanto, ainda estão em vigor e não sofreram alterações as seguintes resoluções:

- Resolução nº 5, de 16 de dezembro de 2016, que estabelece os princípios gerais para a implementação da Estratégia Nacional para REDD+ por meio da Comissão Nacional para REDD+ e de suas Câmaras Consultivas Temáticas;
- Resolução nº 6, de 6 de julho de 2017, que define a distribuição dos limites de captação de pagamentos por resultados de redução de emissões provenientes do desmatamento no bioma Amazônia;
- Resolução nº 7, de 6 de julho de 2017, que define as regras para a elegibilidade de estados amazônicos e entidades federais para acesso e captação de pagamentos por resultados de redução de emissões provenientes do desmatamento no bioma Amazônia;
- Resolução nº 8, de 7 de dezembro de 2017, que define as diretrizes para uso dos recursos e o monitoramento dos acordos de pagamentos por resultados de REDD+;
- Resolução nº 9, de 7 de dezembro de 2017, que adota a interpretação das salvaguardas de Cancun no contexto brasileiro e dá outras providências à CCT-Salvaguardas;
- Resolução nº 10, de 7 de dezembro de 2017, que aprova a elegibilidade de entidade federal e entidades estaduais para acesso e captação de pagamentos por resultados de redução de emissões provenientes do desmatamento no bioma Amazônia; e
- Resolução nº 12, de 24 de abril de 2018, que define a distribuição dos limites de captação de pagamentos por resultados de redução de emissões provenientes do desmatamento no bioma Amazônia referente ao ano de 2016.

Informamos também não houve, no período deste relatório, reunião da CONAREDD+.

4.3 Cronograma físico e de desembolsos

A realização do primeiro desembolso do Programa REM-MT se deu em 27 de dezembro de 2018. O desembolso foi resultado de um esforço conjunto dos parceiros para atendimento das condicionantes estabelecidas no desenho do Programa.

Dentre elas vale destacar a finalização e aprovação da Estratégia de Repartição de Benefícios (ERB), o Manual Operacional (MOP) e o Plano de Investimentos (PDI).

O Primeiro PDI foi aprovado de forma condicionada anteriormente ao primeiro desembolso. Como o KfW apontou um baixo relacionamento das atividades planejadas com as metas do Programa, o

segundo PDI será elaborado a partir de um planejamento mais estratégico, voltado para o alcance das metas pactuadas.

5. Temas Transversais ao Programa

5.1 Sistema de Gestão de Riscos sociais e ambientais e Salvaguardas

Durante o ano de 2018 foi elaborado o Sistema de Riscos Socioambientais e Salvaguardas do Programa REM (SGRSA). Após seu lançamento foi estabelecido um grupo de trabalho (GT) que, liderado pelo GCP-REM, irá aplicar e revisar os instrumentos do SGRSA em três linhas de ação prioritárias:

- i) Pecuária leiteira;
- ii) Comando e controle; e
- iii) Pecuária de corte.

Suas principais ações incluirão a revisão da matriz de riscos socioambientais, a revisão da tabela de responsabilidades para o Sistema e o refinamento dos critérios de exclusão e elegibilidade para o REM e para as ações prioritárias. O GT ainda apoiará o monitoramento do Programa provendo insumos para o estabelecimento de um sistema integrado de monitoramento das ações do REM. Em janeiro foi realizada uma reunião sobre Salvaguardas REDD+ .

5.2 Ouvidoria

Em março de 2019 a Controladoria Geral do Estado em conjunto com a SEMA e com apoio da GIZ realizou um evento voltado às Ouvidorias do Estado. O encontro teve como principal objetivo o nivelamento e o fortalecimento de ouvidores e ouvidorias em relação à sua importância e respectivos papéis enquanto participantes do sistema de REDD+ do Estado. O segundo dia do evento foi focado no Programa REM e, contando com a participação de especialistas, abordou a transparência, os desafios e a importância da Ouvidoria no âmbito do Programa.

5.3 Aspectos de gênero

O Subprograma Territórios Indígenas teve um resultado significativo nos aspectos relacionados a questão de gênero. Ao logo das oficinas para construção da proposta de governança do subprograma o tema de aumento da participação e da representatividade da mulher indígena mereceu destaque e foi pautado nas reuniões. Tal assunto será levado a próxima oficina de definição da governança indígena, realizada nos dias 01 a 03 de agosto de 2019.

6. Monitoramento, Avaliação e Aprendizagem (MEL)

A partir do fornecimento do modelo de monitoramento, avaliação e aprendizagem (MEL) elaborado pelo KfW, a Coordenação do Programa e o FUNBIO irão desenvolver os elementos prioritários a serem relatados em sinergia com o planejamento estratégico do Programa.

Até que o modelo de MEL seja desenvolvido e adotado, alguns pontos importantes serão destacados abaixo:

Relatório Anual do Programa REDD Early Movers Mato Grosso
Período janeiro de 2018 a junho 2019

- a) Grandes aprendizados em relação à complexidade do processo de construção do Subprograma Territórios Indígenas que propiciaram melhor entendimento da pluralidade cultural e dos desafios logísticos de se viabilizar projetos em áreas indígenas remotas;
- b) Também foi percebida por todos os envolvidos a importância da construção de fluida e eficaz relação de trabalho entre FUNBIO, Coordenação Geral do Programa em MT e representantes do arranjo institucional do REM, de forma a estabelecer uma comunicação ativa e alinhada resultando em sinergia e agilidade e evitando retrabalho das equipes;
- c) Necessidade de constante refinamento sobre métodos e processos nos sistemas de controle, procedimentos e sistemas do FUNBIO e do Programa como um todo, resultando em um Plano de Capacitação a ser implementado e constantemente aprimorado entre os parceiros.
- e) A proposta da criação de grupos de trabalho, com base no *template*, foi fundamental para a construção da proposta do Programa REM em Mato Grosso;
- f) Também foi fundamental o processo conduzido de forma participativa, envolvendo diversos grupos sociais que fazem parte do Fórum Matogrossense de Mudanças Climáticas. Os resultados dos grupos de trabalho foram validados em conjunto por todos os que participaram das reuniões de construção da proposta;
- g) O apoio da sociedade civil com conhecimento especializado em REDD+ foi também importante na definição dos mecanismos de REDD+ mas também para a metodologia de estoque fluxo empregada na repartição de benefícios;
- h) Dentre as decisões importantes tomadas nesta fase, estão:
 - A aplicação de 60% dos recursos em benefícios diretos, com ênfase na inclusão sócioprodutiva de agricultores familiares (destinando inclusive parte dos recursos para apoio à agricultura familiar nos biomas cerrado e pantanal) e populações indígenas;
 - A utilização de um mecanismo financeiro privado para a execução do projeto;
 - A necessidade de apoiar a estruturação do Sistema de REDD+ e da Estratégia PCI, apontadas pelo estudo de viabilidade como mecanismos para alavancar outros recursos para a agenda de desenvolvimento sustentável do estado;
 - A necessidade de um nível estratégico de decisões capaz de interagir com diferentes setores do Estado envolvidos no programa;
 - A oferta de um apoio técnico, através da GIZ, para a construção do componente indígena no Programa além de outros assuntos como ouvidoria e gestão de riscos;
 - O apoio do Programa REM para a estruturação da PCI incluindo a possibilidade da PCI assumir a gestão do Programa uma vez institucionalizada.

Foi identificada necessidade de além de apoiar aos povos indígenas na construção participativa do seu Subprograma também de expandir tais esforços para o Subprograma de Agricultura Familiar e Comunidades Tradicionais.

7. Prioridades para Próximo Período de Implementação

As prioridades para o próximo período de implementação do Programa estão voltadas para o aumento da execução. Serão realizadas as aquisições e contratações estruturantes planejadas dentro de cada subprograma, além do desenvolvimento de novos mecanismos de execução. Serão submetidos à aprovação do KfW os mecanismos de pequenos gastos desenhados pelo FUNBIO de forma a agilizar as atividades e gastos de pequena monta em áreas mais remotas e de difícil acesso.

Também está prevista a primeira reunião do Grupo de Trabalho para acompanhamento do SGRSA onde será definido o Plano de Trabalho para nortear as ações do GT conforme descrito no item 5.1 deste relatório.

A etapa de abertura de propostas técnicas para a contratação da Consultoria Internacional está prevista para agosto e a previsão de início dos trabalhos é outubro de 2019.

No âmbito do subprograma indígena estão previstas novas reuniões para detalhamento de questões da governança, assim como a assinatura de Contrato de Apoio à FEPOIMT, modalidade de execução desenvolvida pelo FUNBIO. Em outubro de 2019 será realizada a assembleia geral da FEPOIMT que contará com o apoio do Programa REM.

Para o segundo semestre de 2019 também está prevista a estruturação e lançamento das primeiras Chamadas de Projetos para apoio inseridos em todos os subprogramas, mas principalmente para o subprograma indígena e de agricultura familiar.

Pretende-se realizar o apoio direto à FEPOIMT por meio do Instituto Centro de Vida (IVC), após a não objeção do KfW, conforme previsto no MOP do Programa.

O Manual simplificado com foco na implementação de projetos de execução indireta e no Subprograma Indígena será finalizado e enviado ao KfW para aprovação antes de ser disponibilizado aos parceiros.

Inserida no subprograma de agricultura familiar a GIZ irá apoiar a elaboração do plano de trabalho, assim como conduzir as primeiras reuniões de diálogos junto aos agricultores familiares e PCTs no início do segundo semestre.

8. Anexos

8.1 Cronologia das atividades realizadas

| MÊS / ANO | AÇÃO |
|-----------|---|
| JAN 2018 | 1. Abertura do processo de seleção de Gerente do Programa REM – FUNBIO. 2. Início elaboração do MOP. |
| FEV 2018 | 3. Participação FUNBIO na Oficina Indígena de Avaliação e Monitoramento. |

Relatório Anual do Programa REDD Early Movers Mato Grosso
Período janeiro de 2018 a junho 2019

| | |
|-----------------|--|
| | 4. Reunião de trabalho e planejamento entre SEMA, FUNBIO e parceiros executores. |
| MAR 2018 | 5. Missão KfW/BEIS |
| ABR 2018 | 6. Reunião de trabalho e planejamento entre SEMA, FUNBIO e parceiros executores. |
| MAI 2018 | <p>7. Seleção e contratação de Gerente do Programa REM – FUNBIO (início contrato em 03/05/18).</p> <p>8. Visita técnica de monitoramento e gestão da Gerência REM FUNBIO a MT.</p> <p>9. Participação GREM e CREM MT na reunião ordinária do Fórum de Mudanças Climáticas.</p> <p>10. Apoio FUNBIO a realização do FMMC Maio 2018 (<i>coffee break</i>).</p> <p>11. Missão KfW/BEIS (2ª: 17-24/05/18).</p> <p>12. Participação GREM e CREM MT em evento regional FEPOIMT – Cerrado para apresentações de modalidades de acesso e esclarecimento de dúvidas.</p> <p>13. Definição de funções, identificação e designação de coordenadores do projeto em Mato Grosso pelo parceiro executivo a cargo do arranjo institucional (SEMA-PCI).</p> <p>14. Elaboração de TdR, para realização de serviços de identidade visual do projeto (30/05).</p> <p>15. Envolvimento GIZ para apoio a elaboração do Subprograma Indígena e contribuições de contratação de consultorias para SGRSA e Ouvidoria.</p> <p>16. Definição e designação de coordenadores de Subprogramas em Mato Grosso pelo parceiro executivo a cargo do arranjo institucional (SEMA-PCI).</p> |
| JUN 2018 | <p>17. GREM FUNBIO: Seleção, contratação e realização de identidade visual do projeto (06/06).</p> <p>18. CREM MT: Elaboração de minuta de Decreto para instituir a Coordenação do Programa REM. Organização de sala para a Coordenação Geral do Programa REM.</p> |
| JUL 2018 | <p>19. Elaboração do Termos de Referência para contratação de Consultoria Internacional;</p> <p>20. Redação e submissão de versão de Manual Operacional (MOP) em 06/07;</p> <p>21. Participação CREM MT em Oficina da FUNAI (organizada pela GIZ) para apresentação do Programa REM (11 e 12/07/2018);</p> <p>22. Visita técnica de monitoramento e gestão da Gerência FUNBIO a MT;</p> <p>23. Participação GREM FUNBIO e CREM MT em evento regional FEPOIMT - Noroeste para apresentações de modalidades de acesso e esclarecimento de dúvidas;</p> <p>24. Definição de estratégias e estruturas de governança e gestão do projeto;</p> <p>25. Definição de critérios de exclusão e elegibilidade para projetos no âmbito do projeto em geral e dos subprogramas;</p> |

Relatório Anual do Programa REDD Early Movers Mato Grosso
Período janeiro de 2018 a junho 2019

| | |
|-----------------|---|
| | <p>26. Elaboração do Sistema de Gestão de Riscos e Salvaguardas Ambientais – SGRSA (a cargo da GIZ em parceria com a Coordenação do Projeto em MT);</p> <p>27. Elaboração, encaminhamentos e aprovação de Estratégia de Repartição de Benefícios;</p> <p>28. CREM MT: Organização e participação em reuniões do CEGREM (25/07). Elaboração de carta resposta a sociedade civil (16/07);</p> <p>29. Conclusão da elaboração do TdR da Consultoria Internacional;</p> |
| AGO 2018 | <p>30. Aprovação da Identidade visual;</p> <p>31. CREM MT: participação em reunião do Conselho Gestor de REDD (07/08);</p> <p>32. Elaboração de modelo de formulário para subsidiar coleta de dados e informações para elaboração de PDI;</p> <p>33. Preparação de treinamento em planejamento / PDI e oficinas de gestão de sistemas FUNBIO para de Coordenadores do Programa e subprogramas (Set 17-21/2018);</p> <p>34. Elaboração de formatos e modelos para relatórios do projeto;</p> <p>35. Elaboração de modelo Chamada de Projetos e respectivo manual;</p> <p>36. Redação e submissão de versões de Manual Operacional (MOP) ao KfW (17/08 e 20/08);</p> <p>37. Submissão ao KfW de Identidade visual (Logo, barra parceiros);</p> <p>38. Levantamentos preliminares de demanda de contratações de pessoal técnico para atuação junto a Coordenação do projeto em MT (quantificação, descrição de funções e Termos e Condições a contratar, planejamento de alocação);</p> <p>39. CREM MT: Realização de reuniões com a equipe executora para o planejamento do primeiro desembolso (dias 03, 05, 11, 12, 21, 22, 24, 27,28, 29 e 31/08/2018); Reuniões diversas com representantes da sociedade civil para esclarecimentos sobre o Programa;</p> |
| SET 2018 | <p>40. Capacitação sobre compras e sistema Cérebro junto ao Grupo de Trabalho REM;</p> <p>41. Redefinição de Cronograma de Desembolso;</p> <p>42. Capacitação da equipe de coordenação geral;</p> <p>43. Início da elaboração do Plano de Investimentos do primeiro desembolso;</p> |
| OUT 2018 | <p>44. Capacitação com os pontos focais sobre elaboração de Termos de Referência;</p> <p>45. Elaboração dos TdRs previstos no primeiro PDI;</p> <p>46. Reuniões para ajustes e finalização do MOP;</p> |
| NOV 2018 | <p>47. Reunião Fórum Mudanças Climáticas (Salvaguardas e Subprograma Indígena);</p> <p>48. Oficina para finalização da construção do Subprograma Indígena;</p> <p>49. Aprovação do Subprograma de Territórios Indígenas na Assembleia Geral da FEPOIMT no Xingu;</p> <p>50. Início do envio dos informativos periódicos ao público interno do Programa;</p> <p>51. Envio do PDI;</p> <p>34. Finalização da Estratégia de Repartição de Benefícios;</p> |

Relatório Anual do Programa REDD Early Movers Mato Grosso
Período janeiro de 2018 a junho 2019

| | |
|-----------------|--|
| DEZ 2018 | <p>52. Aprovação do MOP;</p> <p>53. Aprovação do primeiro desembolso por parte do KfW;</p> <p>54. Não Objeção do KfW referente ao Edital de Pré-Qualificação de Consultoria Internacional;</p> <p>55. Não Objeção do KfW para o edital de Qualificação de Consultoria Internacional;</p> <p>56. Não Objeção do KfW na Repartição de Benefícios;</p> <p>57. Assinatura do Termo de Cooperação Técnica entre diferentes instituições membros do Programa REM no Estado de Mato Grosso;</p> <p>58. Oficialização da FEPOIMT;</p> |
| JAN 2019 | <p>59. Reunião Fortalecimento Institucional e Superintendência de fiscalização;</p> <p>60. Oficina de Desenvolvimento Organizacional (apoio GIZ);</p> <p>61. Oficina com FUNBIO para repasse de informações e procedimentos sobre a operação do Programa e o sistema Cérebro;</p> <p>62. Reunião de apresentação do GPWeb;</p> <p>63. Reunião planejamento execução estratégica;</p> <p>64. Reunião com SEAF para conhecimento do Zoneamento Socioeconômico do Estado de Mato Grosso;</p> <p>65. Reunião Salvaguardas REDD+;</p> |
| FEV 2019 | <p>66. Decreto garantindo a continuidade da PCI;</p> |
| MAR 2019 | <p>67. Evento Ouvidorias;</p> <p>68. Reunião apresentação produto final e lições aprendidas trabalhadas durante as oficinas de desenvolvimentos organizacional da FEPOIMT;</p> <p>69. Lançamento Instituto PCI;</p> <p>70. Apresentação do Programa REM ao Consulado Geral Britânico;</p> <p>71. Reunião Monitoramento Geoespacial;</p> <p>72. Reunião CEGREM;</p> <p>73. Reunião de nivelamento entre Instituições do Programa;</p> |
| ABR 2019 | <p>74. Oficina de capacitação sistema Cérebro e Planejamento de insumos;</p> |
| MAI 2019 | <p>75. Missão de Supervisão do KfW;</p> <p>76. inclusão da Associação dos Remanescentes do Quilombo Urbano Capão de Negro Cristo Rei como membro do Fórum Mato-grossense de Mudanças Climáticas</p> |
| JUN 2019 | <p>77. Disponibilização do Plano de Capacitação aos parceiros;</p> |

8.2 Informativos Quinzenais do Programa REM-MT

Disponibilizados nos anexos em PDF

Relatório Anual do Programa REDD Early Movers Mato Grosso
Período janeiro de 2018 a junho 2019

8.3 Quadro de Contatos

| Grupo de Coordenação do REM | | | | |
|-----------------------------|----------------------|--|--|---------------|
| Secretaria | Nome | Cargo | Email | Telefone |
| SEMA | Ligia Nara Vendramin | Coordenadora do Programa REM | ligiavendramin@sema.mt.gov.br | 65 98116-9045 |
| SEMA | Fellipe Santanna | Coord. de Subprograma | fellipesantanna@sema.mt.gov.br | 65 996871885 |
| SEMA | Mauricio Philipp | Coordenador de Mudanças Climáticas | | |
| SEMA | Glauca Drielly | Estagiaria | glauciadrielly65@gmail.com | |
| PCI | Fernando Sampaio | Coord. Adjunto/ Diretor PCI | diretor.pci@gmail.com | 65 999119301 |
| Casa Civil -SAI | Soilo Urupe Chue | Superintendente de Assuntos Indígenas | soilochue@casacivil.mt.gov.br | |
| EMPAER | Marcos Paulo Balbino | Apoio Subprograma Agricultura Familiar | marcospauloab@gmail.com | 66 996016933 |
| EMPAER | Daniela Melo | Coord. do Subprograma | danielamelo@empaer.mt.gov.br | 65 992335123 |
| SEAF | Leonardo Vivaldine | Coord. de Subprograma Agricultura Familiar | leonardosantos@seaf.mt.gov.br | 65 981615583 |
| SEPLAG | Edna Sampaio | Apoio Subprograma Território Indígena | oiednaluz3@gmail.com | 65 999970420 |
| Grupo de Trabalho | | | rem@sema.mt.gov.br | |

| Gerencia FUNBIO do REM | | | | |
|------------------------|-------------------|------------------------|--|--------------|
| Área | Nome | Cargo | Email | Telefone |
| Gerência | Ílana Nina | Coordenadora | ilana.nina@funbio.org.br | 21 2123 2376 |
| Gerência | João Ferraz | Gerente | joao.mello@funbio.org.br | 21 2123 5324 |
| Gerência | Dante Novaes | Analista de Projeto | dante.novaes@funbio.org.br | 21 2123 5335 |
| Gerência | Mariana Galvão | Assistente de Projetos | mariana.galvão@funbio.org.br | 21 2123 5334 |
| Financeiro | Ana Paula França | Analista Financeiro | ana.lopes@funbio.org.br | 21 2123 5316 |
| Financeiro | Felipe Camelo | Assistente Financeiro | felipe.camello@funbio.org.br | 21 2123 5396 |
| Assessoria Jurídica | Flávia Neviani | Coordenadora | flavia.neviani@funbio.org.br | 21 2123 5354 |
| Aquisições | Fernanda Jacintho | Coordenadora | fernanda.jacintho@funbio.org.br | 21 2123 5340 |
| Contratos | Suzana Amora | Coordenadora | suzana.ramos@funbio.org.br | 21 2123-5380 |